

ARTIGO

O ENSINO RELIGIOSO E A ESCOLA JOSÉ BONIFÁCIO: UM ESTUDO DE CASO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DESENVOLVIDA NO QUILOMBO DO CRIA-Ú NO AMAPÁ

RELIGIOUS EDUCATION AND THE JOSÉ BONIFÁCIO SCHOOL: A CASE STUDY OF THE PEDAGOGICAL PRACTICE DEVELOPED AT QUILOMBO DO CRIA-Ú IN AMAPÁ

MOISÉS DE JESUS PRAZERES DOS SANTOS BEZERRA*

PIEIDADE LINO VIDEIRA**

ELIVALDO SERRÃO CUSTÓDIO***

RESUMO

Analisando como o Ensino Religioso é vivenciado na Escola José Bonifácio, localizada na Comunidade do Cria-ú, no estado do Amapá, este artigo procura problematizar a prática pedagógica da disciplina supracitada no contexto de uma comunidade quilombola. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e que tem por método o estudo de caso etnográfico. Os colaboradores foram os docentes do 1º ao 5º e 6º e 7º ano do Ensino Fundamental.

* Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Filósofo, Teólogo. Professor de Ensino Religioso da Rede Estadual de Ensino do Amapá. E-mail: moisesprazeres@bol.com.br ORCID <http://orcid.org/0000-0002-4953-4391>.

** Doutora e Mestre em Educação Brasileira (Universidade Federal do Ceará UFC). Professora Adjunta da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) no Mestrado em Educação. Líder do Grupo de Estudo, Pesquisa, Extensão e Intervenção em Corporeidade, Artes, Cultura e Relações Étnico-raciais com ênfase em Educação Quilombola certificado pelo CNPq. Coordenadora-Geral do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros – NEAB/UNIFAP e Membro Fundadora da Cia. de Dança Afro Baraka. E-mail: pieidadevideira@bol.com.br ORCID <<http://orcid.org/0000-0001-5325-9073>.

*** Doutor em Teologia pela Faculdades EST, em São Leopoldo/RS. Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Pedagogo, Matemático e Teólogo. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Interculturalidade e Relações Étnico-Raciais (UNIFAP/CNPq). Atualmente é professor permanente no Mestrado em Educação da UNIFAP. E-mail: elivaldo.pa@hotmail.com ORCID <http://orcid.org/0000-0002-2947-5347>.

Os resultados apontam que a prática com o Ensino Religioso é de caráter confessional onde se prioriza a cosmovisão cristã, não contemplando as especificidades culturais e religiosas da comunidade local.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Religioso; Escola José Bonifácio; Prática Pedagógica. Educação Quilombola. Amapá.

ABSTRACT

Analyzing how Religious Education is experienced at the José Bonifácio School, located in the Community of Cria-ú, in the state of Amapá, this article seeks to problematize the pedagogical practice of the aforementioned subject in the context of a quilombola community. This is a qualitative research and its method is the ethnographic case study. The collaborators were the teachers from 1st to 5th and 6th and 7th grade of elementary school. The results indicate that the practice with the Religious Teaching is of confessional character where the Christian worldview is prioritized, not considering the cultural and religious specificities of the local community.

KEYWORDS: Religious education; José Bonifácio School; Pedagogical practice. Quilombola education. Amapá.

Introdução

A pesquisa em comunidades tradicionais, como é o caso do Quilombo do Cria-ú, por seu legado histórico, densidade simbólica, vivências espirituais, memórias ancestrais, entre outras singularidades e especificidades, possibilita aos pesquisadores despertarem em si, além da curiosidade intelectual, a dimensão do encantamento pelas práticas cotidianas.

Por meio da pesquisa realizada na escola da comunidade quilombola do Cria-ú, adentramos as “paragens pedagógicas” vivenciadas na disciplina de Ensino Religioso (ER) na Escola Quilombola Estadual José Bonifácio. Compreendemos que a escola desenvolve na sociedade um importante papel de formação das consciências e pode possibilitar a superação do racismo e/ou qualquer forma de preconceito, não sendo um espaço de mera reprodução de conhecimentos deslocados das realidades

sociais e da vida dos (as) sujeitos (as) que a compõem, por isso o educar deve estar a serviço da humanização e da promoção da dignidade humana, respeitando as diversidades e salvaguardando as diferenças em suas múltiplas manifestações.

As narrativas e análises registradas com estas linhas trazem à tona que o ato de educar é contínuo e está em permanente processo de construção, sendo a educação uma ação realizada à muitas mãos. Educar, como bem nos lembra Paulo Freire é uma ação problematizadora, pois constrói e desconstrói paradigmas, conduzindo ao questionamento de papéis e estruturas historicamente construídas.

O conflito de ideias e conceitos não podem ser negativados, pelo contrário, tal disposição deve configurar-se em combustível para o conhecimento. Balizados por este pensamento, compreendemos que entre acertos e erros, tentativas e realizações, desejos e possibilidades, expectativas e realidades, o ER ministrado no Ensino Fundamental da escola da comunidade do Cria-ú necessita ser repensado e reelaborado à luz de uma perspectiva de educação plural, dialógica e antirracista, que possibilite espaços para construção coletiva e participativa de conhecimentos que aliem saberes tradicionais à experiências escolares.

Pela pesquisa realizada com as professoras do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e a narrativa do professor que ministra o componente curricular ER, nas turmas de 6º e 7º anos, tivemos a oportunidade de melhor compreender a dinâmica educacional vivenciada no Ensino Fundamental da Escola José Bonifácio, e percebemos que o componente curricular ER ainda é uma incógnita para muitos educadores, necessitando de definições claras e objetivas sobre sua natureza

epistemológica, seus referenciais teóricos e sua aplicação nos espaços das salas de aula.

Como pesquisadores desta área de conhecimento, dimensionávamos as possibilidades que encontraríamos em campo, porém, fizemos o esforço de não deixar que nossas impressões interferissem nas narrativas dos colaboradores de pesquisa. Fizemos o exercício da escuta atenta e atenciosa de todas as experiências narradas por nossos interlocutores e pudemos constatar a relevância pedagógica e social que tem as discussões trazidas neste artigo. Com este estudo, a Escola José Bonifácio apresentou-se a nós como um campo desafiador e ao mesmo tempo propício para a reelaboração de estratégias pedagógicas inclusivas e participativas, onde o conhecimento e o próprio ato de educar não são percebidos como exclusividade da instituição escolar, mas parte de um todo que perpassa pelas vidas, saberes, lutas, sonhos, espiritualidades e cosmovisões comunitárias.

Analisando como o ER é vivenciado na Escola José Bonifácio, localizada na Comunidade do Cria-ú, no estado do Amapá, este artigo procura problematizar a prática pedagógica da disciplina supracitada no contexto de uma comunidade quilombola. A caminhada metodológica utilizada por nós foi do estudo de caso de tipo etnográfico, que prevê como etapas para a pesquisa; a observação participante, as entrevistas semiestruturadas e a descrição minuciosa dos achados em campo.

Para obtermos os resultados da pesquisa, utilizamos dois roteiros, um para a observação da prática pedagógica da disciplina de ER e outro para as entrevistas que realizamos com os docentes. Elencamos para a observação os seguintes pontos: 1) a presença de temáticas relacionadas à

cultura e religiosidade da comunidade criouense no plano de ensino de ER dos docentes; 2) o conteúdo ministrado no dia da observação; 3) a metodologia utilizada em sala; e, 4) a resposta dos estudantes à temática trabalhada.

Feitas as análises introdutórias, uma breve discussão sobre religião e religiosidade no Amapá, descrevemos o caminho metodológico e nas seções seguintes as falas e as problematizações das entrevistas realizadas com as colaboradoras de pesquisa, bem como do relato de experiência realizado pelo professor Moisés Prazeres Bezerra com a disciplina de ER.

Religião e religiosidade no Amapá: uma breve contextualização

As identidades culturais do povo brasileiro, em especial das comunidades amazônicas, composta por indígenas, seringueiros, produtores familiares, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, coletores, entre outros, são fortemente marcadas por caracteres afroindígenas,¹ apresentando um número considerável de elementos que nos unem a ancestralidade indígena/negra e negra/indígena, seja no que diz respeito às cosmologias, relação com a natureza, oralidade, espiritualidades e “sensibilidades de mundo” (MIGNOLO, 2017).

Ao se falar da identidade cultural religiosa da Amazônia, é de fundamental importância destacar o elemento da diversidade e o intercâmbio simbólico-cultural vivenciado historicamente por índios, negros e brancos nesta região do país. De acordo com Piedade Lino

¹ Termo utilizado e adotado nesse trabalho sem hífen para conotar justamente o encontro híbrido africano e indígena.

Videira as expressões religiosas e culturais que marcam a identidade do ser “amapaense” são as manifestações populares (VIDEIRA, 2009). Entre as manifestações religiosas de maior expressão no estado do Amapá estão: o Círio de Nazaré (na cidade de Macapá), a Festa de São Tiago (no município de Mazagão), a Festa de São Joaquim (no quilombo do Curiaú) e o Marabaixo que acontece na área urbana e rural de Macapá e Mazagão e em várias comunidades remanescentes de quilombo espalhadas por todo o Estado.

Percebemos nas últimas décadas que o cenário da diversidade cultural e religiosa da sociedade amapaense vem mudando, pois, segundo os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010) o número de católicos vem diminuindo, enquanto o número de expressões pentecostais e neopentecostais vem aumentando. Mesmo diante desse cenário, a população do estado é majoritariamente católica, seguida pelos evangélicos, espíritas, dentre outras. Os sem religião somam 6% da população.²

Portanto, a religiosidade se apresenta no Amapá com uma incalculável variedade de mitos, crenças e práticas. Ou seja, o campo religioso amapaense é marcado pela pluralidade significativa de tradições religiosas cristãs, espíritas, mórmons, tradições esotéricas, islamismo, adventistas, budistas, filosofias orientais, ateus, dentre outras formas de contato com o sagrado.

²INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=160030>. Acesso em 12 de fev. de 2019.

No que tange as comunidades tradicionais da Amazônia, entre elas as remanescentes de Quilombo, são fortemente influenciadas em sua dimensão religiosa, por elementos do catolicismo popular, expresso por meio da devoção e festividades aos santos. Segundo o antropólogo Eduardo Galvão (1976), as identidades religiosas dos povos da Amazônia são manifestadas pelas festas religiosas tradicionais, realizadas anualmente em cada comunidade, bem como pelas rezas, folias e ladainhas, recitadas com frequência para obter a proteção e benefício dos santos de devoção (GALVÃO, 1976).

Quando falamos de presença de religião e religiosidades no Amapá, temos que pensar além da vertente física e simbólica, a vertente acadêmica. Nos últimos anos, alguns autores têm se esforçado para produzir e divulgar pesquisas voltados para esta temática. Dentre os autores e autoras, destaque para os trabalhos de Alysso Brabo Antero (ANTERO, 2015; 2017), Elivaldo Serrão Custódio (CUSTÓDIO, 2014; 2017; 2019), Eugénia da Luz Silva Foster (SILVA; SILVA; CUSTODIO; FOSTER, 2017; CUSTODIO; FOSTER; BOBSIN, 2016; CUSTODIO, 2014; SILVA; CUSTODIO; FOSTER, 2015), Marcos Vinícius de Freitas Reis (ANTERO; REIS, 2019; REIS; SOUZA, 2019; DE FREITAS REIS; CARMO, 2015) Maria de Lourdes Sanches Vulcão (VULCÃO, 2016), Moisés de Jesus Prazeres dos Santos Bezerra (CUSTÓDIO; VIDEIRA; BEZERRA, 2019) e Piedade Lino Videira (VIDEIRA; CUSTODIO; PEREIRA; ARAUJO, 2019; VIDEIRA; CUSTODIO; SILVA; ALHO, 2019).

Caminho metodológico da pesquisa: algumas considerações

Como caminho metodológico, optamos por trilhar as veredas do estudo de caso do tipo etnográfico aplicado ao contexto da educação, sustentado pelas pesquisas realizadas por Marli Eliza Dalmazo Afonso de André. Segundo Marli Eliza Dalmazo André (ANDRÉ, 2008), o estudo de caso do tipo etnográfico é um estudo profundo de um fenômeno educacional, com ênfase nas suas singularidades, levando em conta os princípios da etnografia; observar, coletar e descrever. Na área da educação, segundo a referida autora, não se faz propriamente etnografia, mas adaptações metodológicas, pelo pouco tempo de permanência em campo, o contato com outras culturas e o estudo comparado das mesmas e por fim, o uso amplo de categorias sociais na análise de dados, sendo o estudo de caso do tipo etnográfico a adaptação da etnografia ao estudo de um caso específico.

Para Henrique Cunha Junior (CUNHA JR., 2006), as pesquisas desenvolvidas em comunidades tradicionais, exigem por parte dos (as) pesquisadores (as), tratamentos metodológicos específicos, que considerem a vida, as memórias, as tradições, as cosmovisões, as espiritualidades, os conhecimentos e a ética dessas comunidades, sendo práticas de pesquisa interpretativistas, onde os pesquisadores desenvolvem a observação participante, a pesquisa participante, a pesquisa-ação, e as abordagens sócio-históricas, considerando o contexto e as tradições de seus colaboradores de pesquisa e suas próprias vivências e envolvimento com a situação estudada. A esse respeito, Henrique Cunha Junior afirma:

Em todas as metodologias de pesquisa interpretativista temos a inserção dos pesquisadores num dado ambiente que pretende

investigar. A metodologia afrodescendente tem como acréscimo que o pesquisador conhece as culturas afrodescendentes e a história dos afrodescendentes. O seja que além de parte do ambiente, ele também é parte da cultura e das visões de mundo. O pesquisador não vai aprender sobre uma cultura ou modo de vida que lhe era familiar, do qual ele não comungava anteriormente a pesquisa com problemas e valores sociais. Na afrodescendência os pesquisadores não trabalham com respeito a “cultura do outro”. Trabalhamos dentro da nossa própria cultura e com problemas que afetam a nossa própria existência (CUNHA JR, 2006, p. 5).

As metodologias interpretativistas se caracterizam justamente pela não separação dos sujeitos pesquisadores e pesquisados. Com as comunidades tradicionais, afrodescendentes e afroindígenas, conforme Henrique Cunha Junior (CUNHA JR, 2006), os pesquisadores não trabalham com as comunidades, mas dentro das mesmas, de forma física e mental, como parte do ambiente da cultura onde se instala a investigação.

A natureza desta pesquisa é qualitativa e tem suas bases epistemológicas afincadas nos Estudos Culturais e em uma concepção contra hegemônica de cultura e educação. Nas ciências humanas e sociais, a abordagem qualitativa, possibilita aos pesquisadores uma variedade de materiais empíricos para análise e interpretação, perpassando pelas experiências pessoais, histórias de vida, estudo de caso, produções culturais, entrevistas, textos históricos, interativos e visuais.

Segundo os sociólogos Norman Denzin e Yvonna Lincoln (DENZIN; LINCOLN, 2006), a pesquisa qualitativa é uma ação situada que possibilita ao observador o “mergulho” na realidade estudada, configurando-se como um conjunto de ações interpretativas e transformadoras da realidade. O pesquisador qualitativo, para os referidos autores, é aquele que estuda os fenômenos em seu contexto e tenta

interpretá-los a partir do lócus, das vivências e dos sujeitos investigados. Conjugada a natureza qualitativa, situo este estudo nas bases epistemológicas dos Estudos Culturais e sua visão contra hegemônica de cultura e educação.

O território onde desenvolvemos esta pesquisa foi a Escola Quilombola Estadual José Bonifácio localizada na comunidade quilombola do Cria-ú, onde adentramos as paragens pedagógicas vivenciadas na disciplina de ER. É pertinente ressaltar que o Quilombo do Cria-ú, como é chamado pelos moradores mais antigos da localidade. A comunidade está localizada a 10 km, ao norte da cidade de Macapá, no estado do Amapá.

Como instrumentos para coleta de dados, foram utilizados as técnicas da *observação participante*, que possibilitam, segundo Marli Eliza Dalmazo André (ANDRÉ, 2008), um maior grau de interação com a realidade estudada, afetando-a e sendo afetado por ela, as *entrevistas semiestruturadas*; e a *descrição*, que conforme a autora supracitada, deve proceder de forma densa, tentando captar as perspectivas, cosmovisões e minúcias dos interlocutores da pesquisa.

Atendendo às normas de pesquisa com seres humanos, o projeto que orientou este estudo foi submetido ao Conselho de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Amapá, recebendo aprovação em 15 de março de 2018, por meio do Parecer nº 2.546.037. Após a aprovação do CEP, foram realizadas as entrevistas com as colaboradoras da pesquisa, tendo sempre em mãos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme a Resolução CNS nº. 466/2012, como forma de convite às participantes, sendo oferecida uma cópia do documento às mesmas.

O referido estudo contou com a colaboração de sete professores/as sendo seis do turno da manhã da Escola José Bonifácio, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, e um professor regente da disciplina de ER nos 6º e 7º do ensino fundamental que juntamente com os demais componentes curriculares do Ensino Fundamental, ministram o componente curricular de ER.

No tocante à identidade das docentes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, da Escola José Bonifácio, após consultá-las, optamos por utilizar nomes fictícios para nos referir a elas. Para isso, as denominamos pelo nome das plantas medicinais encontradas na comunidade e utilizadas pelas benzedeadas tradicionais para o preparo de chás, banhos, garrafadas, etc. As Plantas medicinais que denominarão as professoras são: Arruda, Japana, Capim Santo, Andiroba, Oriza e Manjeriço.

Sobre os questionamentos feitos às docentes, estes foram compostos por quatro perguntas. A primeira versava sobre quais conteúdos eram trabalhados em sala de aula na disciplina de ER, a segunda pergunta tratava se em algum momento já receberam orientações ou formações a nível estadual para trabalharem a disciplina em comunidades tradicionais, a terceira questão, buscava saber se conheciam ou tiveram acesso à leitura das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e a legislação atual do ER e a quarta questão tinha como objetivo sondar o conhecimento e a relação das docentes com a cultura e religiosidade da comunidade.

Nossa estadia junto às turmas e professores do Ensino Fundamental da Escola Estadual Quilombola José Bonifácio durou duas semanas, no período de 26/11 à 07/12/2019, nos turnos da manhã e

tarde, sendo a primeira semana dedicada à observação e a segunda semana de entrevistas. Tivemos a possibilidade de observar uma aula de ER em cada turma, tendo acesso aos planos de ensino de cada docente por meio de solicitação feita aos mesmos. Nenhum dos professores recusou-se em apresentar-nos seu plano de ensino, fixados em seus cadernos pedagógicos. Também nas entrevistas, todos os questionamentos levantados foram respondidos de forma tranquila e muito objetiva.

Contamos com a participação de seis professoras regentes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e um professor regente da disciplina de ER nos 6º e 7º anos do educandário, todas são servidores efetivos do Governo do Estado do Amapá e estão lotadas na escola a mais de três anos.

O professor que ministra o componente ER nas turmas de 6º e 7º anos é o professor Moisés Prazeres Bezerra e por fazer parte da mesma, optou por manter sua identidade e contribuir para as reflexões propostas neste estudo a partir das ações e práticas desenvolvidas no turno da tarde da Escola José Bonifácio na disciplina em tela. No quadro seguinte, descrevemos melhor os colaboradores da pesquisa:

COLABORADORA	APRESENTAÇÃO
1. Professora Arruda	(44 anos), Católica, Licenciada em Pedagogia, Especialista em Educação de Jovens e Adultos, lotada há três anos na escola, regente do 1º ano do EF.
2. Professora Japana	(41 anos), Católica, Licenciada em Pedagogia, Especialista em Cultura Africana, lotada há cinco anos na escola, regente do 2º ano A do EF.
3. Professora Capim Santo	(48 anos), Católica, Licenciada em Pedagogia, Especialista em Cultura

	Africana, lotada à três anos e meio na escola, regente do 2º ano B do EF.
4. Professora Andiroba	(38 anos), Evangélica, Licenciada em Geografia, Especialista em Cultura Africana, lotada há sete anos na escola, regente do 3º ano do EF.
5. Professora Oriza	(51 anos), Católica, Licenciada em Pedagogia, lotada há três anos na escola, regente do 4º ano do EF.
6. Professora Manjerição	(48 anos), Católica, Licenciada em Pedagogia, Especialista em História da África, lotada há quatorze anos na escola, regente do 5º ano do EF.
7. Professor Moisés Prazeres Bezerra	(32 anos), Católico, Licenciado em Filosofia, Bacharel em Teologia, Especialista em Ensino Religioso, Mestre em Educação, lotado há sete anos na escola, regente das turmas de 6º e 7º ano do EF.

Quadro 1: Caracterização dos sujeitos da pesquisa.

Fonte: Pesquisa de campo, 2018-2019.

Fomos muito bem acolhidos pelos colaboradores da pesquisa e não encontramos nenhum obstáculo na observação e nos questionamentos feitos a respeito da condução da disciplina de Ensino Religioso. Analisamos, de antemão, uma questão que foi descrita pelas professoras do 1º ao 5º ano do EF e constatada na observação que fizemos; às professoras, em seus cursos de formação inicial (Pedagogia), não foram ofertadas disciplinas que tratassem dos referenciais teóricos e metodológicos do Ensino Religioso para os anos iniciais, fato este que compromete o planejamento e conseqüentemente a condução da disciplina. Já o professor que ministra a disciplina no turno da tarde, fez concurso específico para a cadeira de ER e desenvolve pesquisas na área desde o início de sua lotação na escola, no ano de 2013.

Os conteúdos trabalhados na disciplina de Ensino Religioso

Ao tratar sobre o Ensino Religioso Escolar, temo como base teórica, a Lei nº. 9475/1997, que deu nova redação ao Artigo 33 da Lei nº. 9.394/1996 (BRASIL, 1996), que estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, tratando sobre a natureza epistemológica do Ensino Religioso nas escolas públicas de ensino fundamental. Segundo a atual LDBEN, o componente curricular ER, deve assegurar, com seus conteúdos específicos, o respeito à diversidade religiosa e cultural do povo brasileiro, considerado pela própria Lei, multireligioso e multicultural. Cabe à educação nacional vedar por meio do seu ensino, qualquer manifestação de proselitismo ou intolerância religiosa, promovendo espaços democráticos, onde ocorrem o diálogo, o respeito e as relações mútuas entre as diferentes manifestações de religiosidades ou negações delas, por parte dos educandos.

De acordo com o cientista religioso João Décio Passos (PASSOS, 2007), a reflexão sobre o fenômeno religioso e a diversidade cultural/religiosa, proporcionada pelo componente curricular Ensino Religioso, apresenta singular relevância para a formação de uma consciência madura que desenvolva as potencialidades humanas, bem como a formação dos valores básicos para a convivência social respeitosa e fraterna.

A relevância do ER advém da importância social da religião como um dado humano que se mostra nas múltiplas dimensões humanas (social, cultural, política, psicológica etc.), nas ações humanas e nas instituições sociais de ontem e de hoje. A religião se mostra como um elemento constitutivo da sociedade e da cultura, como uma interpretação radical da realidade capaz de modificar ações políticas e de justificar opções

individuais e coletivas. As grandes tradições religiosas continuam operando na sociedade secularizada de maneira matricial e com força política, ao mesmo tempo, que se reproduzem em subsistemas que, mesmo sob a égide da autonomia e da ruptura, parecem, na verdade, traduzir e adaptar aqueles antigos padrões às demandas culturais atuais. Na realidade, as novas denominações religiosas, assim com os chamados novos movimentos religiosos, perpetuam as representações e as práticas religiosas sedimentadas e hegemônicas nas novas expressões e linguagens. Por outro lado, assistimos hoje aos efeitos maléficos do fundamentalismo religioso que em nome de Deus legitima guerras e posturas segregadoras [no âmbito sociocultural e na escola] (PASSOS, 2007, p. 94).

Neste sentido, compreendemos a necessidade da abordagem pedagógica do ER, para a formação do cidadão, contribuindo para o amadurecimento cognitivo dos educandos, juntamente com as demais disciplinas, analisando o fenômeno religioso em suas múltiplas manifestações e sua relação com os saberes e práticas culturais.

A atuação do ER nos currículos escolares, como disciplina regular, não traz prejuízos à diversidade da sociedade moderna, tampouco fere o princípio de laicidade do estado, inerente às coisas públicas. Ao contrário, tal reflexão feita na realidade da sala de aula, pode oferecer elementos pedagógicos que venham contribuir com a convivência social, pois os estudantes irão contar com um precioso instrumento analítico, possibilitando o esclarecimento de preconceitos, gerados pela intolerância religiosa e pela falta de conhecimento e diálogo entre as diversas manifestações e vivências das espiritualidades, herdadas dos nossos ancestrais indígenas, negros, europeus e asiáticos.

[...] O Ensino Religioso é um componente curricular, cuja docência deve promover e respeitar a diversidade cultural religiosa que transita no cotidiano escolar, permitindo que todos os educandos tenham acesso ao conjunto dos conhecimentos religiosos que integram o

substrato das culturas. Para isso, são vedadas quaisquer formas de proselitismo, garantindo a liberdade religiosa dos cidadãos e assumindo o compromisso da construção de uma escola que proporcione a inclusão de todos, pela valorização dos conhecimentos de todas as culturas e tradições religiosas³.

Com a definição da natureza epistemológica do ER, apresentada no texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais, elaborado pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER), iniciamos nesta seção, as análises das narrativas feitas pelas professoras do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, da Escola Estadual Quilombola José Bonifácio, acerca do tratamento didático-pedagógico dispensado à disciplina em questão, sobre a ótica das normatizações nacionais para este componente curricular e a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Segundo os PCN-ER, a ação docente desenvolvida por este componente curricular deve promover o respeito à diversidade cultural e religiosa do povo brasileiro, tornando sua prática inclusiva e libertadora, sendo assim, os conteúdos ministrados em sala de aula por esta disciplina não podem ser excludentes ou favorecer grupos religiosos específicos, em detrimento à liberdade religiosa dos educandos e do cenário multicultural e multireligioso encontrado no universo da escola. Com base na normatização supracitada, fizemos a primeira indagação às professoras sobre quais conteúdos ou temáticas eram trabalhadas no cotidiano das

³ FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO, **Parâmetros Curriculares Nacionais- Ensino Religioso - PCN-ER**. São Paulo: Mundo Mirim, 2009, p. 11.

salas de aula, no horário dedicado ao ER, como resposta a esta questão, obtivemos:

Professora Arruda,

Olha, eu trabalho mais a questão dos valores; respeito, amor ao próximo, a questão da solidariedade, como eu devo lidar com meus colegas, as diferenças entre a gente, que nós não somos iguais, todo mundo tem suas diferenças, suas particularidades. É mais a questão dos valores, na sala de aula (Entrevista em 04/12/19).

Professora Andiroba,

Em geral mais valores né?! Trabalho também a questão das parábolas cristãs, como referência dentro dos valores e temas da atualidade transversais, como violência, é... suicídio, bullying (Entrevista em 03/12/19).

Professora Manjeriçã,

Eu trabalho valores, regras, direitos e deveres, perdão, regras de convivência, o amor ao próximo, respeito, etc. (Entrevista em 05/12/19).

Neste primeiro questionamento, optamos por transcrever apenas três falas das professoras entrevistadas. Arruda, regente do 1º ano, Andiroba, regente do 3º ano e Manjeriçã, regente do 5º ano, pois, nestas falas são contempladas todas as outras, no tocante aos conteúdos trabalhados em sala de aula. Todas as professoras do 1º ao 5º ano predominantemente ministram nos horários da disciplina de ER a dimensão dos valores; respeito, amor ao próximo e regras de convivência, estes por sua vez, tem por referencial civilizatório o cristianismo. Esta

prática foi observada, desde a análise dos planos de ensino das professoras e confirmada com as entrevistas realizadas.

Mesmo sem mencionarem nomenclaturas de instituições ou grupos religiosos, a prática da disciplina de ER, desenvolvida pelas professoras da Escola José Bonifácio, está permeada por uma cosmovisão religiosa cristã, tornando esta disciplina, mesmo que inconscientemente, partidária, sectária e tendenciosa. São inegáveis a importância e a influência que o cristianismo desenvolve historicamente em todo o ocidente e na composição do povo brasileiro, porém, não é o único referencial civilizatório. Os valores civilizatórios africanos e indígenas compõem conjuntamente o patrimônio cultural brasileiro e devem ser reconhecidos como tal, retirando-os da marginalidade e invisibilidade.

Segundo o Artigo nº. 58 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), “no processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura” (EUREKA, 2015). Liberdade de criação e acesso a fontes de cultura só são possíveis em um contexto educacional dialógico e participativo, onde a diversidade de cada educando é respeitada, a partir dos conteúdos e temáticas desenvolvidas em sala de aula. Para isso, é dever de cada educador e da instituição escolar o estudo sistemático e a busca constante por novos conhecimentos que favoreçam o enriquecimento do cabedal intelectual de todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Para os PCN-ER “o ensino religioso não deve ser entendido como o ensino de uma religião ou de religiões na escola, mas sim uma

disciplina centrada na antropologia religiosa” (PCN-ER, 2009, p. 21)., ou seja, o ER escolar tem na atualidade a natureza fenomenológica, pois deve conduzir os estudantes a uma análise imparcial, problematizadora, dialógica e plural sobre o ser humano e fenômeno religioso em suas múltiplas vivências e interpretações. Visões e princípios unilaterais são perigosos, pois tendem ao proselitismo e à intolerância religiosa, tratando-se de uma catequese disfarçada.

Formação para trabalhar com Ensino Religioso em Comunidades Quilombolas

O que se espera de um professor de ER, lotado em uma comunidade quilombola? Para tentar responder a esta indagação e para introduzir a discussão sobre a formação necessária aos profissionais da educação lotados em territórios tradicionais, utilizamos o conceito de “intelectuais transformadores”, utilizado por Henry Giroux & Roger Simon (GIROUX.; SIMON In: MOREIRA; SILVA, 2011), dentre outros. Segundo estes autores, a ação docente é por natureza crítica e problematizadora, por isso professores e professoras não podem transformar-se em técnicos ou meros burocratas.

Segundo Tomaz Tadeu da Silva (SILVA, 2017), docentes são pessoas ativamente envolvidas nas atividades críticas e libertadoras, promovendo estratégias de emancipação em todos os espaços e/ou ambientes onde desenvolvem suas funções educativas. Por tanto, ao professor de ER, assim como a todos os profissionais da educação, cabe a

função de promotores de liberdade e construtores de possibilidades, garantindo os direitos e a dignidade de cada educando.

Como segundo questionamento, perguntamos às colaboradoras da pesquisa, se em algum momento, seja no ato da lotação, ou no pleno exercício de suas funções na escola, receberam alguma formação ou orientação, por parte da SEED-AP ou da própria coordenação pedagógica da escola, para trabalhar com a disciplina de ER em uma Comunidade Quilombola; as respostas foram:

Professora Japana,

Ainda não! Não que eu me lembre! (Entrevista em 05/12/19).

Professora Capim Santo,

Não, neste sentido especificamente, não! (Entrevista em 05/12/19).

Professora Oriza,

Não, geralmente eu compro coleções e vou me baseando nestas coleções que falam sobre bullying, sobre amor, sobre solidariedade, sobre respeito ao próximo, essas coisas assim. (Entrevista em 06/12/18).

Neste questionamento, destacamos a fala das professoras Japana, regente do 2º ano A, Capim Santo, regente do 2º ano B e Oriza, regente do 4º ano, pois nelas estão contidas as afirmações feitas pelas outras professoras. Todas as entrevistadas afirmaram que a nível de estado e na escola, ainda não receberam formações específicas para trabalharem com o componente curricular ER em uma Comunidade Quilombola. A respeito da formação dos profissionais da educação, para a Educação das

Relações Étnico-Raciais, que abranja os diferentes componentes curriculares, a Resolução nº 1 de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2004) determina:

Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explícitas no Parecer CNE/CP 3/2004.

§ 1º Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, professores e alunos, de materiais bibliográficos e de outros materiais didáticos para a educação tratada no caput deste artigo.

§ 2º As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudo, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares. (BRASIL, 2010)

Segundo o texto normativo, é necessário que os sistemas de ensino, as mantenedoras e as coordenações pedagógicas incentivem, promovam e garantam condições humanas e matérias para a Educação das Relações Étnico-Raciais, não em caráter geral, mas objetivamente, por meio de recursos pedagógicos, investimentos financeiros e formação continuada para as várias áreas que compõem o currículo escolar, incluindo o ER, objeto de análise e problematização deste artigo.

É papel do estado garantir a formação continuada dos seus servidores para a otimização das ações e frentes de trabalho assumidas, garantindo à sociedade serviços de qualidade e que venham suprir suas necessidades. Ao avaliar as políticas de educação para as relações étnico-

raciais, em especial para as escolas quilombolas no Amapá, Elivaldo Serrão Custódio (CUSTÓDIO, 2019), denuncia que:

Quanto às políticas de educação para as relações étnico-raciais, em especial para a educação escolar quilombola no Amapá, estas estão caminhando em passos muito lento, pois são normalmente ações pontuais e fragmentadas, sem articulação com a realidade local de cada comunidade quilombola e que muitas vezes quando se apresentam são de maneira genérica e superficial (CUSTÓDIO, 2019, p. 17).

Segundo Elivaldo Serrão Custódio (CUSTÓDIO, 2019, p. 17), as ações pontuais e fragmentadas realizadas pela SEED-AP, no que tange à educação para as relações étnico-raciais e quilombolas são ainda insuficientes e insatisfatórias, pois estão reduzidas a poucas escolas da capital do estado, à carência de recursos humanos, físicos e pedagógicos para a formação e acompanhamento das escolas e profissionais lotados em territórios quilombolas, gerando deficiências estruturais no sistema educacional estadual.

Continuando a análise das falas das professoras, destacamos o relato feito pela professora Oriza, regente do 4º ano do Ensino Fundamental. Segundo a docente, por não receber orientações acerca de quais conteúdos trabalhar com a disciplina de ER, a mesma “compra coleções” e baseia-se nelas. Esta informação despertou-nos curiosidade, para sabermos os conteúdos das referidas coleções. Pedimos à professora que trouxesse algum exemplar para apreciação. No dia seguinte à entrevista realizada, foi-nos apresentado o livro:

Sumário	
I Os novos discípulos de Jesus	
TEMA 1. Ide e fazei discípulos meus	6
TEMA 2. Os ensinamentos dos apóstolos	8
TEMA 3. O Novo Testamento	12
AVALIAÇÃO DA UNIDADE	16
E também...	20
	21
II Os evangelhos	
TEMA 4. A boa nova	22
TEMA 5. Os evangelhos e a história de Jesus	24
TEMA 6. Os livros sagrados	28
AVALIAÇÃO DA UNIDADE	32
E também...	36
	37
III Evangelho da vida de Jesus	
TEMA 7. Evangelho da vida privada	38
TEMA 8. Evangelho da vida pública	40
TEMA 9. Evangelho da paixão	44
AVALIAÇÃO DA UNIDADE	48
E também...	52
	53
IV A mensagem de Jesus	
TEMA 10. Deus é amor	54
TEMA 11. O Reino de Deus	56
TEMA 12. As bem-aventuranças	60
AVALIAÇÃO DA UNIDADE	64
E também...	68
	69
V Seguidores de Jesus	
TEMA 13. Seguem seu chamado	
TEMA 14. Compretem sua palavra	
TEMA 15. Cumprem os mandamentos	
AVALIAÇÃO DA UNIDADE	
E também...	
VI Um lar para todos	
TEMA 16. A grande família	
TEMA 17. Unidos no espírito de Jesus	
TEMA 18. Espírito de serviço	
AVALIAÇÃO DA UNIDADE	
E também...	
VII Os sacramentos, sinais de vida	
TEMA 19. Batismo e confirmação	
TEMA 20. A eucaristia	
TEMA 21. Reconciliação e unção	
AVALIAÇÃO DA UNIDADE	
E também...	
VIII O caminho, a verdade e a vida	
TEMA 22. Jesus é o caminho	
TEMA 23. Jesus é a verdade	
TEMA 24. Jesus é a vida	
AVALIAÇÃO DA UNIDADE	
E também...	
<i>Atividades complementares</i>	

Figura 1 - Livro utilizado em aulas de Ensino Religioso
Fonte: Os pesquisadores (2019).

Era um livro intitulado “Educação Religiosa”, em seu segundo volume, datado do ano de 2001, com 144 páginas. Ao abrir o livro, deparamo-nos com o sumário que pode ser visto na figura acima; trata-se de uma literatura exclusivamente confessional e voltada a lições religiosas do catolicismo. Todos os temas contidos no livro tratam da vida de Jesus, da Bíblia Cristã e dos Sacramentos, ou seja, os rituais da Igreja Católica.

O livro que estava sendo utilizado nas aulas de ER era um livro de catequese. A falta de formação adequada para o trato pedagógico com a disciplina de ER conduz a estes equívocos que ferem o princípio da laicidade do estado e agridem a liberdade de consciência e crenças dos estudantes, tornando a disciplina de ER um espaço para doutrinação e massificação da intolerância religiosa e do racismo religioso.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e a Legislação atual do Ensino Religioso

Como na sociedade democrática todos necessitam da Escola para ter acesso à parcela de conhecimento histórico acumulado pela humanidade, através dos conteúdos escolares, o conhecimento religioso enquanto patrimônio da humanidade necessita estar à disposição da Escola. É preciso, portanto, prover os educandos de oportunidades de se tornarem capazes de entender os momentos específicos das diversas culturas, cujo substrato religioso colabora no aprofundamento para a autêntica cidadania (PCN-ER, 2009, p. 44).

Assim como anunciado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ER, supracitados, o conhecimento sistemático e a reflexão fenomenológica das culturas e suas manifestações religiosas, possibilita aos educandos o desenvolvimento autêntico da cidadania, pois abre-os ao diálogo com a diversidade e o conhecimento das diferenças. A educação quilombola, com suas especificidades legais e sociais, se efetiva nas comunidades tradicionais por meio da partilha de saberes e tradições coletivas, por isso deve estar aberta ao diálogo e à problematização de seus modelos pedagógicos, em vista de contemplar o público atendido.

Uma escola localizada em territórios tradicionais necessita dialogar com suas práticas pedagógicas com os saberes comunitários, partindo da dimensão de educação integral, ou seja, aquela que reconhece o território e a comunidade como parte integrante do processo educativo. Partindo desta premissa, continuamos as entrevistas com as colaboradoras da pesquisa, buscando saber delas, se conheciam o texto normativo das diretrizes curriculares quilombolas, bem como, a legislação atual que sustenta a prática pedagógica da disciplina de ER. A respeito desta indagação obtivemos as seguintes respostas:

Professora Arruda,

Também não conheço! (Entrevista em 04/12/19).

Professora Andiroba,

Infelizmente não conheço! (Entrevista em 03/12/19).

Professora Manjeriçã,

Que eu lembre não! (Entrevista em 05/12/19).

As respostas a esta terceira indagação também foram negativas para todas as sujeitas entrevistadas. Nenhuma das professoras conhecia o texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e nem a legislação atual do ER, que vigora desde o ano de 1997; este cenário preocupou-nos muito, pois os referidos textos são normatizadores e servem de “bússola” à prática pedagógica desenvolvida nos espaços das escolas.

O desconhecimento dos textos normativos abre espaços a equívocos e improvisações que comprometem o fazer pedagógico. Para Giroux e Simon (GIROUX; SIMON, 2011), os professores precisam criar estratégias e possibilitar que os espaços das salas de aula sejam críticos e reflexivos, por meio de ações planejadas, fundamentadas e dialogadas com e para as realidades dos estudantes. Segundo os autores, “a prática pedagógica crítica requer um substancial investimento pessoal de tempo e energias” (GIROUX; SIMON, 2011), por parte dos professores, havendo

a necessidade da efetivação de formações permanentes e continuadas, mesmo que estas não sejam garantidas pelos sistemas de ensino.

Conhecimento e relação com a cultura e religiosidade da comunidade

Cabe ao educador e à educadora compreender como os diferentes povos, ao longo da história, classificaram a si mesmos e aos outros, como certas classificações foram hierarquizadas no contexto do racismo e como este fenômeno interfere na construção da auto-estima e impede a construção de uma escola democrática. É também tarefa do educador e da educadora entender o conjunto de representações sobre o negro existente na sociedade e na escola, e enfatizar as representações positivas construídas politicamente pelos movimentos negros e pela comunidade negra. A discussão sobre a cultura negra poderá nos ajudar nessa tarefa. (GOMES, 2003, pp.75-85.)

Comprendemos, assim como na citação de Nilma Lino Gomes, que o (a) educador (a) é o mediador (a) entre os conhecimentos das comunidades tradicionais e o processo de escolarização e considero ser a disciplina de ER um espaço educativo possível para a desconstrução da intolerância religiosa e do racismo religioso, quando planejado e executado à luz da legislação atual e da consciência do pluralismo cultural e religioso encontrado no Brasil.

Segundo Cláudio Gilz e Sérgio Junqueira (GILZ; JUNQUEIRA, 2005, pp. 75-85), “educar para a concretização do sonho de uma convivência respeitosa e pacífica entre culturas e tradições religiosas é atualmente uma incumbência essencialmente escolar” (GILZ; JUNQUEIRA, 2005, p. 339), pois a escola e suas estratégias pedagógicas devem estar a serviço da promoção da vida e dos direitos humanos

universais, respeitando e acolhendo todas as pessoas, independentemente de sua cor, etnia, gênero, expressão sexual, nacionalidade, cultura, religião, partido político, filosofia de vida, condição econômica ou necessidades especiais.

Partindo do princípio constitucional da liberdade de consciência e crença do povo brasileiro, os currículos vivenciados nas escolas do país devem possibilitar o respeito e o diálogo inter-religioso, onde cada educando veja-se representado, valorizado e respeitado em suas particularidades religiosas, desenvolvendo suas potencialidades educativas e seus direitos enquanto cidadãos. Seguindo esta linha de pensamento, passamos ao quarto questionamento feito às professoras, colaboradoras da pesquisa, inquirindo-as sobre seus conhecimentos sobre a cultura e expressões da religiosidade local e a possível aplicação destes elementos no currículo formal da disciplina de Ensino Religioso.

Das seis professoras, somente uma conhecia os elementos da cultura e religiosidade local; professora Manjeriçã, moradora da comunidade do Cria-ú. Sobre esta relação a docente relata:

Conheço sim! Minha relação é a melhor possível, até porque aqui somos todos parentes. (Entrevista em 05/12/19).

Segundo a fala da professora Manjeriçã, ela conhece e participa ativamente da vida de sua comunidade, esta proximidade se dá justamente por ser filha da comunidade do Cria-ú e ter laços de pertencimento, mostrando-nos que a professora mantém suas heranças culturais.

O desconhecimento da cultura e das tradições religiosas de uma comunidade é sinal de pouco envolvimento da escola com a comunidade,

tal atitude impossibilita um processo educativo encarnado e que parte dos saberes e conhecimentos dos educandos, possibilitando o diálogo entre os saberes tradicionais e a ancestralidade local e os conteúdos ministrados em sala de aula. A respeito da necessidade da interação entre a escola e a comunidade criouenses, Piedade Lino Videira (VIDEIRA, 2013) afirma:

Portanto, a escola precisa se abrir não só para a entrada dos educandos, mas, sobretudo para a gama de conhecimentos que eles vêm acumulando ao longo de suas trajetórias familiares, sociais, religiosas e que se derramam nos espaços escolares (VIDEIRA, 2013, p. 70).

Para Piedade Lino Videira (VIDEIRA, 2013, p. 70), a abertura da escola à comunidade, não se dá somente no ato de ter alunos quilombolas matriculados nela, mas no esforço pedagógico de construção de um currículo e uma educação participativa, dialógica, libertadora, crítica e antirracista, contando com a presença, as contribuições, as vivências e os saberes tradicionais acumulados e perpetuados nas comunidades.

Segundo Tomaz Tadeu da Silva (SILVA, 2017), não existe afirmação identitária e étnico-racial, na educação, fora do contexto histórico, comunitário e social, com caráter de representatividade positiva e inclusiva, necessária à superação das exclusões sociais. Uma educação e uma escola inclusivas são aquelas que ouvem as vozes, as experiências e os saberes comunitários, deixando-se plasmar com e por elas, para a construção conjunta e coletiva do conhecimento.

Relato de experiência com o componente curricular Ensino Religioso

Continuando os registros da pesquisa realizada com os docentes da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio, dedicamos esta última seção para analisar e dar visibilidade à prática pedagógica desenvolvida pelo Professor Moisés Prazeres Bezerra, junto às turmas de 6º e 7º ano, no turno da tarde do educandário supracitado. Professor Moisés Prazeres Bezerra é um jovem pesquisador afro-amapaense, militante do Ensino Religioso Escolar não confessional e da Educação Escolar Quilombola. Há sete anos está lotado na escola da comunidade do Cria-ú, como funcionário estadual efetivo e desenvolve com suas turmas, trabalhos significantes envolvendo a diversidade cultural e religiosa brasileira e local.

Neste artigo, Professor Moisés, divide a posição tanto de pesquisador, quanto de colaborador na pesquisa, trazendo sua colaboração epistêmica para se repensar a prática pedagógica da escola onde trabalha e desenvolve pesquisa. Ao tratar sobre o envolvimento do pesquisador, com o objeto pesquisado, característica fundamental das metodologias trabalhadas em territórios afrodescendente, Cunha Junior diz:

Os pesquisadores das afrodescendências estão longe da perspectiva de neutralidade científica e separação entre os sujeitos e o objeto de pesquisa. Mantêm uma relação de interesse comum, de vivências e valores comuns como os territórios de maioria afrodescendentes. Este interesse comum introduz a possibilidade de uma visão diversa de outros enfoques metodológicos e mesmo da visão da ciência como forma de produção de conhecimento. A pesquisa afrodescendente tem os conteúdos de uma pesquisa de intervenção na realidade. O pesquisador se reconhece na pesquisa, como também se modifica durante a pesquisa devido aos novos conhecimentos adquiridos (CUNHA JR, 2006, p. 8).

O ato de pesquisar em comunidades tradicionais; afrodescendentes e afroindígenas, como nos apresenta Cunha Junior é um

ato de envolvimento e uma relação mútua entre pesquisador e realidade pesquisada, considerando que todos os seres e ambientes contêm conhecimentos, devendo ser respeitados como tal. O conhecimento não é monopólio de grupos específicos, nem tampouco pode ser compreendido ou legitimado somente como processos sistemáticos realizados pela ciência, por isso, todos os saberes, histórias, vivências e memórias que compõem o universo de sentidos e significados das comunidades tradicionais e o legado que cada uma tem dado à história e ao desenvolvimento da humanidade precisa ser reconhecido e compreendido como fonte de conhecimento.

A ciência atual deve *considerar, respeitar e valorizar* as experiências e os conhecimentos das comunidades tradicionais, para aprender com elas, que não se pode compreender o ser humano apartado do seu contexto histórico-cultural e que a vida humana é densa e repleta de significados que não cambem em fórmulas e definições exclusivamente teóricas.

Segundo relatos feitos pelo Professor Moisés Prazeres Bezerra, em suas aulas da disciplina de Ensino Religioso, busca-se conhecer e analisar a diversidade cultural e religiosa que compõem o povo brasileiro, bem como problematizar a existência humana, diante do fenômeno religioso e suas múltiplas experiências vivenciadas. Ao ser perguntado se em algum momento recebeu orientações ou formação a nível estadual para trabalhar a disciplina de ER em comunidades tradicionais, a resposta foi negativa. Segundo o professor, a especialização que possui em ER foi uma busca pessoal e possibilitou a ele a abertura dos horizontes pedagógicos para trabalhar com o componente.

Como milita nas frentes do ER no estado do Amapá e tem dedicado algumas pesquisas sobre a Educação Escolar Quilombola, Professor Moisés, tem leituras sobre ambas as áreas e na medida do possível contribui para a formação dos seus colegas de trabalho da Escola José Bonifácio. Tratando do conhecimento da cultura e religiosidade da Comunidade do Cria-ú, com o passar dos anos, segundo o docente, seu conhecimento tem aumentado, seja por meio das pesquisas que realiza, ou pelas visitas às famílias dos estudantes e/ou festividades da comunidade que frequenta.

As imagens seguintes são registros pessoais do docente e apresentam um pouco de sua prática pedagógica:



Figura 2 - Professor Moisés e sua turma de 7º ano visitando a benzedeira da comunidade.

Fonte: Moisés Prazeres Bezerra (2017).



Figura 3 - Mural sobre as Religiões de Matrizes Africanas, confeccionado na disciplina de ER, pelo 7º ano do Ensino Fundamental, para a culminância do Projeto “Curiaú mostra tua cara” 2018.

Fonte: Moisés Prazeres Bezerra (2018).



Figura 4 - Palestra realizada pela disciplina de ER para estudantes do 6º ano sobre cultura negra.

Fonte: Moisés Prazeres Bezerra (2019).



Figura 5 - Exibição de vídeo sobre intolerância religiosa e racismo religioso com turma de 6º ano.

Fonte: Moisés Prazeres Bezerra (2019).



Figura 6 - Participação da Escola José Bonifácio, na festa de Santo Antônio na Comunidade do Cria-ú.

Fonte: Moisés Prazeres Bezerra (2018)



Figura 7- Aula de ER sobre os elementos culturais e religiosos da comunidade do Cria-ú

Fonte: Moisés Prazeres Bezerra (2019)

Com as imagens do trabalho realizado na disciplina de ER, podemos conhecer um pouco da prática realizada em sala de aula pelo Professor Moisés Prazeres Bezerra, dando visibilidade a seu trabalho e incentivando toda a Escola José Bonifácio a pensar e elaborar estratégias de ensino que transformem os conhecimentos locais, como parte da filosofia da escola.

Considerações finais

Ao concluirmos este artigo, chegamos a algumas constatações que precisam ser consideradas e problematizadas para a melhoria do processo

de ensino e aprendizagem da disciplina de Ensino Religioso, ministrado na Escola Quilombola Estadual José Bonifácio. O primeiro ponto a ser considerado é que os conteúdos trabalhados em salas de aula, predominantemente estão relacionados aos valores e à cosmovisão do cristianismo (Igrejas Católica e Evangélica), tornando a prática da disciplina unilateral, tendenciosa e pouco dialógica, características que comprometem negativamente o fazer pedagógico e marginalizam qualquer manifestação religiosa que não seja cristã.

O segundo ponto constata a deficiência na formação inicial das profissionais que ministram o componente ER. Segundo relatos das professoras, não há o acompanhamento pedagógico e a formação permanente/continuada para o Ensino Religioso, por parte da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Amapá, principalmente ao se tratando da prática desta disciplina em comunidades quilombolas, mostrando o descaso da mantenedora com o componente curricular em tela.

Terceiro ponto, no plano de ensino, utilizado pelas regentes do ER nos anos iniciais da Escola José Bonifácio, quanto nos relatos coletados nas entrevistas, não constam a presença de temáticas relacionadas às práticas culturais e religiosas locais, sendo que somente uma professora conhece estes elementos. Nas aulas de ER que tivemos a oportunidade de observar, em cinco turmas (1º ano, 2º ano B, 3º ano, 4º ano e 5º ano), foram trabalhadas temáticas relacionadas às regras de convivência social; respeito ao próximo, boas maneiras, solidariedade, boa convivência e espírito de equipe, somente uma turma (2º ano A), trabalhou uma temática distinta: higiene pessoal.

Quarto elemento a ser considerado é que as metodologias utilizadas em sala de aula variaram de acordo com a faixa etária dos estudantes, objetivos elencados para a aula e recursos disponíveis. A professora regente do 1º ano, ao abordar o tema respeito ao próximo, exibiu na sala da TV escola o filme intitulado “Direitos do coração”, que trata sobre o respeito que adultos devem ter com as crianças, com duração de 56 minutos. A regente do 2º ano B, ao tratar o tema “boas maneiras” distribuiu os estudantes em grupos para pintura de cartazes contendo, segundo ela, regras de boas maneiras para sala de aula. A docente do 3º ano, por sua vez, ao desenvolver com a turma a temática “solidariedade”, dispôs as cadeiras dos estudantes em semicírculo e propôs um pequeno debate sobre o tema com a turma. Com a turma do 4º ano foi trabalhado o tema “boa convivência”, por meio de aula expositiva.

A turma do 5º ano efetivou a temática “espírito de equipe”, desenvolvendo uma dinâmica denominada pela professora regente de “teia de aranha”, onde com um barbante no dedo, cada estudante deveria passar para seu colega um novelo de lã, dizendo seu nome, idade e o que desejava para a sala, terminando com a reflexão de que todas as pessoas estão interligadas. Já no 2º ano A, foi trabalhado o tema “higiene pessoal”, por meio do desenho “Turma da Mônica”, tratando sobre a temática do cuidado com o corpo e a saúde. A respeito da resposta dos estudantes às temáticas propostas em aula, observei que os mesmos em sua maioria interagem com as professoras e entre si, cumprindo com atenção e rapidez aos comandos dados pelas professoras, mostrando-se participativos e prestativos.

Assim, concluímos com a pesquisa realizada que nas aulas de ER da Escola José Bonifácio, as temáticas trabalhadas no componente curricular supracitado são relevantes ao processo de ensino e aprendizagem dos estudantes do educandário, porém, estão em parte desconectadas das normatizações curriculares para o ER, presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ER e no texto da Base Nacional Comum Curricular. Além disso, a ação de formar valores humanos e normatizar regras para a convivência social não compete ao componente curricular ER, mas sim às famílias, em colaboração com as escolas como um todo e os demais grupos que compõem a sociedade brasileira.

Referências

ANDRÉ, M. E. D. Afonso. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**: Editora Liber Livros: Brasília, 2008.

ANTERO, A. B. **Tambores no Meio do Mundo**: Expressão de um catolicismo negro no Amapá. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2015.

_____. Negras Guerreiras do Ciclo do Marabaixo. In: COORDOVIL, D. (Org.) **Religião, gênero e poder**: estudos Amazônicos. 1ed.São Paulo: Fonte Editorial, 2015, v. 1, pp. 13-30.

_____. Religiosidades do Amapá: entre o Catolicismo e as Religiões Afro-brasileiras. **Revista Terceira Margem Amazônia**, Manaus; v. 2, pp. 87-98, 2017.

ANTERO, A. B.; REIS, M. V. F. Religião, política e educação: uma análise do ciclo do marabaixo no ensino religioso no estado do Amapá. **Identidade!**, São Leopoldo, v. 24, n. 1, pp. 44-62, jan.-jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1 de 17/06/2004**. Institui Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, 2004.

BRASIL. Ministério Da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CUSTÓDIO, E. S. **Políticas públicas e direito ambiental cultural: as religiões de matrizes africanas no currículo escolar no Amapá**. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014.

CUSTODIO, E. S.; JUNQUEIRA, S. R. A. A cultura afro-indígena em propostas do ensino religioso. **Identidade!**, v. 24, pp. 63-79, 2019.

CUSTODIO, E. S.; BOBSIN, O. Formas de resistência da religiosidade, da memória e da cultura negra no Amapá: o caso da comunidade quilombola de Mel da Pedreira. **Horizonte: revista de estudos de teologia e ciências da religião (online)**, v. 17, pp. 366-388, 2019.

CUSTODIO, E. S. Expressões religiosas de matriz africana em quilombo protestante no Amapá - AP. **PLURA**, Revista de Estudos de Religião, v. 10, pp. 71-90, 2019.

CUSTODIO, E. S. Ensino religioso no Amapá: intolerância contra as religiões de matrizes africanas. **Revista Pistis & Praxis: teologia e pastoral**, v. 9, pp. 259, 2017.

CUSTODIO, E. S.; FOSTER, E. L. S. ; BOBSIN, O. Repensando o ensino religioso na educação pública estadual no Amapá. **PLURA**, Revista de Estudos de Religião, v. 6, pp. 27-48, 2016.

CUSTODIO, E. S.; FOSTER, E. L. S. . Ensino religioso e religiões de matrizes africanas: conflitos e desafios na educação pública no Amapá. **Identidade**, v. 19, pp. 95-109, 2014.

CUSTÓDIO, E. S.; VIDEIRA, P. L.; BEZERRA, M. de J. P. dos S. As práticas culturais/religiosas afroindígenas na Amazônia. **Caminhos** (Goiânia. online), v. 17, n. 1, pp. 80-95, jan./jul. 2019.

CUSTÓDIO, E. S. Educação escolar quilombola no estado do Amapá: das intenções ao retrato da realidade. Santa Maria: **Educação-Revista da UFSM**, Produção contínua, v. 44, pp. 1-21, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/30826/pdf>> Acesso em: 15 jul.2019.

CUNHA JR., H. **Metodologia Afrodescendente de Pesquisa**. Texto de trabalho da disciplina de Etnia, gênero e educação na perspectiva dos Afrodescendentes, 2006. (Mimeo).

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2006.

DE FREITAS REIS, M. V.; CARMO, A. T. “O Campo Religioso Amapaense: Uma análise a partir do Censo do IBGE de 2000 e 2010”. **Revista Observatório da Religião**. Belém: UEPA, v. 2, n. 2, pp. 176-197, 2015.

EUREKA, E. **Estatuto da criança e do adolescente**. 1ª ed., São Paulo: Eureka, 2015.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO, **Parâmetros Curriculares Nacionais- Ensino Religioso - PCN-ER**. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

GALVÃO, E. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas**. 2. ed. São Paulo: Nacional/Brasília: INL, 1976.

GIROUX, H.; SIMON, R. Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana com base para o conhecimento curricular. In: MOREIRA, A. F.;

SILVA, T. T. (Orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2011.

GOMES, N. L. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**: Belo Horizonte, Faculdade de Educação da UFMG, v. 01, n. 23, Maio/Jun/Jul/Ago/2003, p.75-85.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **IBGE**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=160030>. Acesso em: 12 fev. 2019.

MIGNOLO, W. **Desafios Decoloniais hoje**. Epistemologias do Sul, Foz do Iguaçu/PR, v. 1 n. 1, 2017, p. 12-32.

PASSOS, D. J. **Ensino Religioso**: construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas, 2007.

SILVA, A. C.; SILVA, A. C. R.; CUSTODIO, E. S. ; Foster, E. L. S. Religião e Patrimônio: a apropriação do patrimônio cultural imaterial de Mazagão Velho-AP pela escola. **Revista ABPN**, v. 9, pp. 127-151, 2017.

SILVA, A. C. ; CUSTODIO, E. S. ; FOSTER, E. L. S. . Patrimônio cultural imaterial e religiosidade: as celebrações em Mazagão Velho, no Amapá. **Estudos teológicos**, v. 55, pp. 388-403-403, 2015.

REIS, M. V. de F.; SOUZA, N. B. de. A participação dos carismáticos católicos na política amapaense. **Marupiará / Revista Científica do CESP/UEA**, [S.l.], n. 3, pp. 76-99, abr. 2019.

SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed.; 9. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

VIDEIRA, P. L. **Marabaixo, dança afrodescendente**: significando a identidade étnica do negro amapaense. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

VIDEIRA, P. L. **Batuques, folias e ladainhas**: a cultura do quilombo do Cria-ú em Macapá e sua educação. Fortaleza: UFC, 2013.

VIDEIRA, P. L.; CUSTODIO, E. S.; PEREIRA, E. S.; ARAUJO, J. B. Projetos de valorização da cultura e da religiosidade nas escolas: um olhar sobre o projeto avença da banda placa. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 23, pp. 205-218, 2019.

VIDEIRA, P. L.; CUSTODIO, E. S.; SILVA, E. I.; ALHO, L. B. O centenário de uma riqueza cultural: festa de São Sebastião em Jarilândia, distrito de Vitória do Jari/Amapá. **Revista Pistis & Práxis: teologia e pastoral**, v. 11, pp. 792-817, 2019.

VULCÃO, M. de L. S. **O Ensino Religioso no Amapá: uma disciplina em construção**. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Cantão-Go, 2016.